

Do espaço social à teoria dos campos: uma releitura de *La Distinction*

Franck Poupeau

O livro *La Distinction* (1979) não é apenas um retrato da sociedade francesa dos anos 1960-70, com a sua categorização de três grandes grupos sociais (burguesia, pequena burguesia e meios populares), de acordo com vários princípios importantes de volume de capital possuído e estrutura de distribuição do capital económico e cultural.¹ Desenvolve igualmente uma verdadeira teoria do mundo social, baseada na noção de espaço social, cujos princípios estruturantes expõe (nomeadamente no capítulo 2). A noção de espaço social permite explicar a “unidade do sistema de disposições” (Bourdieu, 1979, p. 109) e a coerência dos modos de vida que Bourdieu tinha salientado nas suas investigações anteriores sobre a economia dos bens simbólicos.² Esta unidade esconde-se “sob a diversidade e a multiplicidade de todas as práticas efetuadas em campos dotados de lógicas diferentes (segundo a fórmula: [(*habitus*)(capital) + campo = prática]; esconde também a estrutura do espaço simbólico delineado por todas estas práticas estruturadas” (Bourdieu, 1979, p. 112). Esta visão do espaço social permite a Bourdieu definir a classe social como um sistema de propriedades (e não como o efeito de uma propriedade fundamental, a posição nas relações de produção), que a análise sociológica deve reconstruir (Lenoir, 2004). Bourdieu recorre então ao *habitus* para definir o “espaço dos estilos de vida” (capítulo 3), antes de situar estes espaços de preferências na “dinâmica dos campos” (capítulo 4).

¹ O presente texto foi traduzido do original em língua francesa por Virgílio Borges Pereira.

² Nomeadamente em Bourdieu e Saint-Martin (1976) e em Bourdieu (1971), que prolongam as reflexões sobre o acesso à cultura iniciadas em *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie* (Bourdieu et al., 1965) e *L'Amour de l'art. Les musées et leur public* (Bourdieu et al., 1966).

A noção de “campo” não é, no entanto, definida em *La Distinction*, embora seja amplamente utilizada por Bourdieu a partir da sua caracterização das noções de *habitus* e de capital (com a fórmula já citada: [(*habitus*)(capital) + campo = prática]). Utiliza-a para dar conta da orquestração de duas dimensões relativamente independentes dos bens culturais: o campo da produção e o campo do consumo (Bourdieu, 1979, p. 255). Bourdieu fornece alguns elementos para caracterizar a lógica dos campos, nomeadamente o facto de todos os campos tenderem a organizar-se segundo a mesma lógica: o volume de capital específico (Bourdieu, 1979, p. 257) e a oposição entre polos estruturados pela distribuição do capital, cuja dinâmica resulta de lutas simbólicas para definir práticas legítimas no espaço considerado (Bourdieu, 1979, p. 279). Mas o resto do livro é uma busca infrutífera de uma “teoria do campo”, que se tornaria uma das principais preocupações de Bourdieu a partir dos anos 1980. É sobre este percurso científico, que conduzirá a um livro inacabado publicado vinte anos após a sua morte, *Microcosmes* (Bourdieu, 2022b), que este texto se debruçará, mostrando, mais particularmente, em que medida certas intuições ou teses não explicitadas no trabalho empírico de *La Distinction* conduzem a uma formulação teórica original.

Bourdieu

Das “leis gerais dos campos” à “teoria dos campos”

O conceito de campo é, de facto, uma ferramenta central no sistema analítico desenvolvido por Pierre Bourdieu para compreender o mundo social. Este conceito, que apareceu muito cedo nos seus trabalhos sobre o mundo intelectual (Bourdieu, 1966) e que foi continuamente utilizado e reelaborado ao longo do tempo, foi ocupando um lugar cada vez mais importante na sua construção de uma sociologia relacional, enquanto era posto à prova em domínios e objetos sociais extremamente variados: a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a economia, o Estado, etc.

Um campo designa um sistema de relações objetivas entre posições que se caracterizam pela estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, cuja posse controla o acesso aos lucros específicos em jogo no campo considerado, enquanto define as relações objetivas com outras posições (dominação, homologia, etc.) (Bourdieu & Wacquant, 2014, p. 142). Envolve uma visão das sociedades diferenciadas em que:

o cosmos social é constituído pelo conjunto destes microcosmos sociais hierarquizados e relativamente autónomos, ou seja, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade *específicas e irreductíveis* às que regem os outros campos. Por exemplo, assim que são constituídos enquanto tal, o campo artístico, o campo religioso e o campo económico obedecem a lógicas diferentes: o campo económico emergiu, historicamente, como um universo em que, como se diz, “negócio é negócio” [...], onde as relações encantadas de parentesco, de amizade e de amor estão em princípio excluídas; o campo artístico, pelo contrário, constituiu-se na e pela rejeição da economia económica, isto é, pela inversão da lei do lucro material (Bourdieu & Wacquant, 2014, p. 142).

Desde o final dos anos 1980, P. Bourdieu tinha planeado publicar um livro construído em torno do conceito de campo, mobilizado em torno de um espaço de problemas diversificados, numa rutura com a maioria dos seus livros em que a análise permanece inseparável na sua exposição do objeto ao qual é aplicada. Prosseguia dizendo que:

a teoria geral da economia dos campos, que se elabora progressivamente, de generalização em generalização (há muito tempo que trabalho num livro em que tento isolar, a um nível superior de formalização, as propriedades gerais dos campos), permite-nos descrever e identificar a *forma específica* que os mecanismos e conceitos mais gerais, como capital, investimento e interesse, tomam em cada campo (Bourdieu & Wacquant, 2014, p. 166).

Neste sentido, *Microcosmes* é a sua obra mais “teórica”, mesmo que, para ele, não houvesse teoria que pudesse ser verdadeiramente elaborada sem ser ao mesmo tempo posta à prova de um objeto construído.

Num pequeno texto de *Questions de sociologie* intitulado “Quelques propriétés des champs” [Algumas propriedades dos campos] (Bourdieu, 1980, pp. 113-120), Bourdieu enuncia certas “leis gerais dos campos”, no sentido de que:

campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião têm leis invariantes de funcionamento (é por isso que o projeto de uma teoria geral não é insensato e que se pode, doravante, usar o que aprendemos sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal da monografia idiográfica e da teoria formal e vazia). Cada vez que estudamos um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda hoje ou da religião na Idade Média, descobrimos propriedades específicas, próprias de um campo particular, enquanto avançamos no conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias (Bourdieu, 1980, p. 113).

Entre estas “leis gerais”, que também designa por invariantes, Bourdieu começa por mencionar o facto de que em todos os campos existe uma luta entre dominantes e dominados, que assume formas específicas, uma vez que existem apostas e interesses específicos que são irredutíveis aos de outros campos e, por conseguinte, “pessoas dispostas a jogar o jogo, dotadas de um *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das apostas, etc.” (Bourdieu, 1980, p. 114). Em segundo lugar, cada campo está associado a um capital específico, cuja distribuição orienta as estratégias dos agentes ou instituições envolvidos na luta. Em terceiro lugar, a estrutura do campo, enquanto estado de relações de poder entre os agentes em luta, está ela própria sempre em causa:

as lutas de que o campo é o *locus* têm em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característico do campo considerado, isto é, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (Bourdieu, 1980, p. 114).

Finalmente, as lutas num campo pressupõem um acordo fundamental sobre o que está em jogo no campo, e esta “cumplicidade objetiva que subjaz a todos os antagonismos”, estes pressupostos tacitamente aceites, produzem uma *doxa* como “crença no valor do que está em jogo” (Bourdieu, 1980, p. 115).

A teoria dos campos como programa de investigação

Há na teoria dos campos um elemento que Pierre Bourdieu trata pouco e que, no entanto, aparece várias vezes no decurso das suas análises, sem ser objeto de desenvolvimentos muito precisos. Trata-se da ideia de metacampo, que desloca, de forma insensível e irremediável, o que pode ser considerado um dos temas mais aceites em sociologia desde, pelo menos, Durkheim, Weber, Elias, Luhmann,³ passando pelo próprio P. Bourdieu: a ideia de que as sociedades ditas “modernas” são ao mesmo tempo sociedades diferenciadas e o produto de processos históricos de diferenciação social. O metacampo é o que está meta, “para além”, o que transporta e aplica, “a um nível superior”, a teoria dos campos.

Se esta mudança não é explicitamente teorizada por P. Bourdieu, tanto nos seus textos como nas suas conferências, é sem dúvida porque, como mostra a obra inacabada, *Microcosmes. Théorie des champs* (Bourdieu, 2022b), os avanços da investigação empírica precedem, no duplo sentido de “vir antes” (avançar) e “antecipar” (ultrapassar), o esforço de teorização e de formalização da teoria. Ou, mais precisamente, porque os conceitos de P. Bourdieu nascem da necessidade de dar conta dos fenómenos sociais ou da sua interdependência. No entanto, para não cairmos numa exegese que a transformaria numa espécie de interpretação do “texto sagrado”, devemos interrogar-nos porque é que tal noção não foi tematizada, ou teorizada, como tal, e porque é que P. Bourdieu não lhe prestou mais atenção. Para o fazer, é preciso considerar a noção de campo, não como um modelo acabado, que teríamos simplesmente de aplicar a diferentes realidades, mas como um programa de investigação, no sentido de Lakatos (1994), que inclui tanto um corpo de proposições básicas (um “núcleo teórico duro”) como uma “franja de hipóteses secundárias” suscetíveis de serem desenvolvidas, revistas, alteradas.

³Ver, por exemplo, N. Luhmann (1990, pp. 409-411).

Os estudos de campo que se sucedem em *Microcosmes* oferecem uma abordagem comparativa das variações e invariantes no funcionamento dos mundos sociais, mas as notas inéditas que concluem o livro explicam que o modelo de campo é um “instrumento de construção” na base de uma “interrogação sistemática”. Permite-nos pensar “analogicamente” um campo singular como um “caso em questão” ou, como ele diz seguindo Bachelard, um “caso particular do possível”. Princípios muito gerais (o “núcleo duro”) aplicam-se a diferentes campos:

uma das virtudes da noção de campo é o facto de fornecer princípios gerais para a compreensão dos universos sociais da forma campo e de nos obrigar a colocar questões sobre a especificidade destes princípios gerais em cada caso particular. [...] A teoria de campo guia e orienta a investigação empírica. [...] Como se pode ver, a noção de campo é um sistema de questões que se torna cada vez mais específico (Bourdieu, 2001, pp. 71-72).

Bourdieu

A noção de campo conduz, assim, à construção de um “modelo simplificado do campo social no seu conjunto” destinado a:

pensar, para cada agente, a sua posição em todos os campos de jogo possíveis (entendendo-se que, embora cada campo tenha a sua própria lógica e a sua própria hierarquia, a hierarquia estabelecida entre as espécies de capital e a ligação estatística entre os diferentes bens fazem com que o campo económico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos) (Bourdieu, 2022b, p. 502).⁴

Cada posição está, portanto, associada a um sistema multidimensional de coordenadas em que o peso relativo dos diferentes tipos de capital possuídos determina, para cada agente social, não só o volume global de capital, mas também a sua estrutura. A importância das lutas implica também que a sociologia assuma o papel de uma “ciência da luta de classificações e, em particular, da lógica

⁴ Para Bourdieu, certas sociedades podem ser dominadas por outras lógicas, como as da honra, ou da religião, ou do poder militar.

específica do campo político, ligada por uma relação de homologia estrutural ao campo social no seu conjunto" (Bourdieu, 2022b, p. 22). Enquanto campo de forças, a noção de campo abrange também um campo de lutas.

Esta dinâmica de invenção através da qual P. Bourdieu fez funcionar o conceito de campo encontra-se na ideia do Estado como um "metacampo"⁵, uma noção forjada para responder a uma nova questão, um problema decorrente da análise dos campos. O modelo de campo social visa, de facto, dar conta dos processos históricos de diferenciação nas sociedades contemporâneas. Em comparação com os autores "clássicos" anteriormente citados, P. Bourdieu entende essa diferenciação a partir do estudo da autonomização dos campos de produção cultural, que pressupõem o surgimento de um grupo de produtores (escritores, artistas, etc.), mas também a existência de instâncias específicas de consagração e a formação de um mercado de bens simbólicos. A hipótese aqui explorada é a de que a expansão dos campos de estudo de P. Bourdieu para além dos campos de produção cultural, a partir dos anos 1980, o levou a questionar de forma diferente o campo do poder, concebido como um todo que engloba os outros campos. Em particular, o estudo da génese do campo burocrático e do Estado leva-o a colocar uma nova questão: o que mantém unidos estes microcosmos diferenciados e mutuamente autónomos no seio de sociedades diferenciadas?

O papel do Estado como *metapoder*

Esta ideia pode ser encontrada no texto "Esprits d'État", que vale a pena citar na íntegra:

O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes espécies de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital económico, capital cultural ou, melhor ainda, capital informativo, capital simbólico, concentração essa que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, conferindo poder sobre as outras espécies de capital e seus detentores. A concentração das diferentes espécies de capital (que acompanha a

⁵Sobre este ponto, ver também P. Bourdieu (2012, pp. 313-318 e pp. 486-489).

construção dos diferentes campos correspondentes) conduz, de facto, à *emergência* de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer poder sobre os diferentes campos e sobre as diferentes espécies particulares de capital, nomeadamente sobre as taxas de câmbio entre elas (e, do mesmo modo, sobre as relações de poder entre os seus detentores). Daqui decorre que a construção do Estado é indissociável da construção do , entendido como o espaço de jogo em que os detentores do capital (de diferentes espécies) lutam *em particular* pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que dá poder às diferentes espécies de capital e à sua reprodução (através, nomeadamente, da instituição escolar). Embora as diferentes dimensões deste processo de concentração (forças, exércitos, fiscalidade, direito, etc.) sejam interdependentes, para efeitos de análise devem ser examinadas uma a uma (Bourdieu, 1994, pp. 108-109).

P. Bourdieu prossegue a sua análise detalhando a concentração do “capital de força física que foi privilegiada na maior parte dos modelos de génese do Estado” (Marx, Weber, Elias, Tilly), antes de se debruçar sobre o capital informational e o capital simbólico. Mas num texto que tem como subtítulo “génese e estrutura do campo burocrático”, seria de esperar que Bourdieu falasse de capital burocrático, cuja distribuição estaria na base da estruturação de um campo burocrático. No entanto, Bourdieu fala de um “capital especificamente estatal”, e depois de um “campo de poder”. Porquê esta mudança de vocabulário? Ou, para ser mais preciso, porquê uma tal mudança no foco da análise?

De facto, é no decurso da sua elaboração do modelo do campo burocrático que P. Bourdieu desenvolve a ideia de um “poder acima dos poderes” (Bourdieu, 2012, p. 311), com a entrada em jogo de um “metacapital” que tem a propriedade de exercer poder sobre outros capitais: “o Estado, enquanto detentor de um metacapital, é um campo no interior do qual os agentes lutam para possuir um capital que dá poder sobre outros campos” (Bourdieu, 2012, p. 312). Esta questão do “metacampo” exprime assim uma *necessidade conceptual*, destinada a dar conta da lógica dos processos históricos tal como foi reconstruída na análise da génese do campo burocrático. O nascimento de um espaço diferenciado de campos (jurídico, administrativo, intelectual,

etc.) em competição uns com os outros, permite a criação de um espaço de trabalho que é o campo burocrático. O nascimento de um espaço diferenciado de campos (jurídico, administrativo, intelectual, etc.) em concorrência entre si, permite a invenção do Estado como poder sobre os outros campos, encarnado primeiro pelo rei e a sua casa e depois pelo funcionário público e o campo burocrático:

cada um dos campos quer agir sobre este metacampo para triunfar tanto sobre os outros campos como no interior do seu próprio campo [...]. O que se constitui assim é um *espaço de poder diferenciado, a que chamo campo de poder* [itálico nosso] (Bourdieu, 2012, p. 489).

Esta lógica de investigação em curso – e de constante reformulação do modelo – é visível quando Bourdieu explica:

No fundo, não sabia que estava a fazer isto, mas descubro-o à medida que o faço: queria descrever a génesis do Estado e, na realidade, penso que estou a descrever a génesis do campo de poder, isto é, um espaço diferenciado no interior do qual diferentes detentores de poder lutam para que o seu poder seja o poder legítimo. Uma das questões em jogo nas lutas no interior do campo do poder é o *poder sobre o Estado enquanto metapoder capaz de atuar sobre diferentes campos* [itálico nosso] (Bourdieu, 2012, p. 489).

O metacampo é, portanto, o poder sobre o Estado. Mas a análise também não para neste ponto, porque P. Bourdieu é levado a especificar as relações entre o campo de poder e o Estado: “um dos princípios unificadores do campo de poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2012, p. 313). A análise do Estado como *metacampo simultaneamente originário e interveniente na diferenciação dos campos* pode ser ilustrada pelo caso da fiscalidade, que permite a construção de um capital económico central através do qual o Estado adquire “o poder de contribuir para a construção de um espaço económico autónomo” (Bourdieu, 2012, p. 318). Mais ainda, o Estado contribui para a formação nacional de

um espaço social unificado, fazendo-o conter, tanto pela crença como pelo constrangimento, os *microcosmos* cada vez mais diferenciados que constituem os mundos contemporâneos. Esta tese é sintetizada no texto sobre “a casa do rei” (retomado em Bourdieu, 2022, p. 396):

À medida que o campo do poder se diferencia, cada elo é, ele próprio, um ponto (um cume) num campo (podemos ver a crescente diferenciação do campo do poder ao mesmo tempo que a constituição do campo burocrático do Estado – como um metacampo que determina as regras que regem os diferentes campos e, como tal, é uma aposta [*enjeu*] nas lutas entre os dominantes dos diferentes campos).

É aqui que podemos trazer outras referências utilizadas por P. Bourdieu no campo económico. Ele reconhece claramente o contributo de Norbert Elias que, logo no início de *La Dynamique de l'Occident*, enuncia a “lei do monopólio”, ou seja, o facto de o processo de monopolização que conduzirá ao Estado ser provocado por lutas concorrentiais decorrentes da diferenciação das funções sociais.⁶ Mas é preciso procurar outras pistas para a mudança de problemática, e elas podem ser encontradas num outro tipo de obra citada por P. Bourdieu, a de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*:

A história económica revela que os mercados nacionais não surgiram de todo como resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera económica do controlo governamental. Pelo contrário, o mercado foi a consequência de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta do Estado, que impôs à sociedade a organização do mercado para fins não económicos.⁷

Este não é o aspeto mais conhecido da tese do desencastramento da economia, e vale a pena determo-nos nele por um momento: como se produz este processo de diferenciação da economia, que a desintegra de outros universos sociais?

⁶Ver N. Elias (1975, em particular o início do capítulo sobre “la sociogenèse du monopole fiscal”, p. 149 e seguintes).

⁷ K. Polanyi (1983 [1944], p.338). Poderiam citar-se também vários outros textos de Fernand Braudel, que coloca em evidência o papel estruturante do Estado. Ver, por exemplo, a síntese apresentada em *La dynamique du capitalisme* (Braudel, 1975).

De acordo com Vincent Gayon e Benjamin Lemoine, o desencastramento refere-se a “um processo incerto e contestado, que dá lugar de destaque a novas formas de conhecimento que procuram emancipar as práticas de produção e de troca do controlo tradicional [...] e participar na construção dos Estados” (2014, pp. 11-12). Em particular, mostram como:

ao estudar a construção do mercado da habitação em França nos anos 1970, também P. Bourdieu identificou esta propensão para autonomizar analiticamente o mercado e para rejeitar, em particular, o papel (ativo ou não) do Estado ou das autoridades locais na formação da oferta e da procura de habitação (até nas interações face a face entre um banqueiro e um potencial comprador). (...) P. Bourdieu prolonga a perspetiva de Polanyi que mostra a coevolução do Estado e dos mercados nacionais contra a tendência para os pensar como duas entidades estanques, legada pelo pensamento económico neoclássico e que tende a ser levada por diante, sem dúvida apesar de si mesma, pelos trabalhos reunidos durante algum tempo sob o rótulo de “nova sociologia económica” (Gayon & Lemoine, 2014, p. 13).

O *desencastramento* do económico como um universo que obedece às suas próprias leis é assim pensado como “um projeto político, uma *utopia* constantemente reposta em funcionamento que encontra com dificuldade os caminhos para a sua realização e implica toda uma série de efeitos colaterais sobre outras esferas de atividade” (Gayon & Lemoine, 2014, p. 15). Polanyi detalha este processo de autonomização e o papel do Estado nos casos britânico e francês, tal como resumido por Gayon e Lemoine:

“A história económica revela que os mercados nacionais não surgiram porque a esfera económica se emancipou gradual e espontaneamente do controlo governamental. Pelo contrário, o mercado foi a consequência de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta do Estado, que impôs à sociedade a organização do mercado para fins não económicos”. Com efeito, os Estados consolidam-se

através da unificação do mercado nacional imposto às cidades e do controlo da sua abertura comercial face às corporações comerciais intermunicipais. Ao nível do Estado-nação, as doutrinas mercantilistas e livre-cambistas forneceram a lógica e os objetivos desta construção estatal dos mercados nacionais; com efeito, era este o objetivo declarado da “economia política” que então se inventava. Estes saberes de Estado deram um contributo importante para delimitar e organizar a “realidade económica”, e de formas muito diferentes consoante as configurações nacionais (Gayon & Lemoine, 2014, p. 15).

Se é sobretudo com as finanças do Estado que este processo se concretiza (com a criação de uma “coleção centralizada, impessoal e burocrática”, algo que Norbert Elias ou Barrington Moore já tinham exposto), Gayon e Lemoine mostram que:

o desencastramento da economia não se estende de forma homogénea a toda a realidade social. Este é também acompanhado por uma *oposição instituinte* dos mundos da arte e da cultura face à mercantilização do mundo. No século XIX, se seguirmos a análise de Pierre Bourdieu, o campo literário constituiu a sua autonomia ao subverter a axiomática do universo económico (Gayon & Lemoine, 2014, p. 22).

O mercado dos bens simbólicos, fundado no desinteresse e na negação da economia, é assim um “mundo económico invertido”, mas também uma exceção, como outras “ilhas de economia pré-capitalista que se perpetuam no universo da economia constituída como tal”: a família, os partidos políticos, as escolas, as associações, as cooperativas, as igrejas, as fundações filantrópicas, os hospitais e o desporto (Gayon & Lemoine, 2014, p. 23).

A acumulação de capital simbólico

No entanto, a análise da diferenciação dos campos deve ir para além da economia dos bens simbólicos. Como salienta P. Bourdieu, é precisamente “a constituição de corpos burocráticos autónomos em relação à família, à religião e à economia que é a condição para a emergência do chamado Estado-nação” (Bourdieu, 2012, p. 72). É, portanto, ao nível da concentração de um novo tipo de recursos que a dinâmica do processo histórico deve ser identificada: ao recusar reduzir o processo de acumulação a uma única dimensão, à sua função económica, P. Bourdieu indica que é uma outra forma de acumulação que torna possível a acumulação de recursos económicos: uma *acumulação de capital simbólico*.⁸ A análise do “golpe de força simbólico” que consiste em “aceitar universalmente a ideia de que existe um ponto de vista dominante e legítimo (...) no funcionamento de um território que se constrói ao mesmo tempo que um novo” (Bourdieu, 2012, p. 123), dá particular relevo à tese de que o Estado é uma instituição que detém o monopólio da violência física e simbólica legítima.⁹

A análise do processo de diferenciação é, tal como a análise da dualidade do Estado, a análise da monopolização de um certo tipo de capital com pretensões universais – a universalização anda de mãos dadas com a monopolização e a dominação:¹⁰

O Estado é um *Janus* tal que não se pode afirmar uma propriedade positiva sem afirmar simultaneamente uma propriedade negativa, (...) uma propriedade progressiva sem uma propriedade regressiva, opressiva. Isto é embaraçoso para aqueles que querem amanhãs que cantam.... (...) Descrever a génesis do Estado é descrever a génesis de um campo social, de um microcosmo social relativamente autónomo no seio do mundo social englobante, no qual se joga um determinado jogo, o jogo político legítimo. (...) Fazer a génesis do Estado, é

⁸ Para uma análise detalhada do capital simbólico, ver *Méditations pascaliennes* (Bourdieu, 1997).

⁹ Tal como a análise dos juristas como burocratas do universal, cuja ação explica a génesis do Estado e contribui para estruturar o campo do poder.

¹⁰ Ver F. Poupeau (2015).

fazer a génesis de um campo em que a política é jogada, simbolizada, dramatizada nas formas, e em que, ao mesmo tempo, as pessoas cujo privilégio é entrar neste jogo têm o privilégio de se apropriar de um recurso particular que poderíamos chamar o recurso “universal”. Entrar neste jogo da política conforme e legítima é ter acesso a este recurso progressivamente acumulado que é “o universal”, na palavra universal, nas posições universais a partir das quais se pode falar em nome de todos, do *universum*, da totalidade de um grupo. Pode-se falar em nome do bem público, do que é bom para o público e, ao mesmo tempo, apropriar-se dele. Tal está na origem do “efeito Janus”: há pessoas que têm o privilégio do universal, mas não se pode ter o universal sem se ser ao mesmo tempo monopolizador do universal. Existe um capital do universal. O processo de constituição desta autoridade de gestão do universal é inseparável do processo de constituição de uma categoria de agentes cuja propriedade é apropriar-se do universal. (...) A génesis do Estado é um processo durante o qual se concentra toda uma série de recursos: recursos informativos (estatísticas através de inquéritos e relatórios), capital linguístico (oficialização de uma das línguas que se constitui como língua dominante, de modo que todas as outras línguas sejam formas depravadas, desonestas ou inferiores da mesma). Este processo de concentração anda de mãos dadas com um processo de despossessão: constituir uma cidade como a capital, como o lugar onde se concentram todas estas formas de capital, é constituir a província como uma despossessão de capital; constituir a língua legítima é constituir todas as outras línguas como dialeto. (...) Esta concentração é ao mesmo tempo uma unificação e uma forma de universalização. Onde havia diversidade, dispersão e localidade, há agora singularidade (Bourdieu, 2012, pp. 161-163).

Bourdieu evoca aqui uma colaboração com Germaine Tillion sobre as unidades de medida em várias aldeias cabilas: havia tantas unidades de medida quantas as aldeias da pequena área considerada. Assim,

a criação de uma norma nacional e estatal para as unidades de medida é um passo em direção à universalização: o sistema métrico é uma norma universal que pressupõe um consenso e um acordo de significado. Este processo de concentração, unificação e integração é acompanhado por um processo de despossessão, uma vez que todos os conhecimentos e competências associados a estas medidas locais são desqualificados (Bourdieu, 2012, p. 163).

De facto, a construção de uma forma de universalidade neste ou em qualquer outro domínio é acompanhada por uma “concentração” de universalidade:

Há aqueles que querem o sistema métrico (matemáticos) e aqueles que são remetidos para o nível local. O próprio processo de construção de recursos comuns é inseparável da construção desses recursos comuns em capital monopolizado por aqueles que têm o monopólio da luta pelo monopólio do universal (Bourdieu, 2012, p. 163).

Um tal exemplo ilustra de acordo com P. Bourdieu os processos de constituição de um campo:

a autonomização deste campo em relação a outras necessidades; a constituição de uma necessidade específica em relação à necessidade económica, doméstica; a constituição de um tipo específico de reprodução burocrática, específica em relação à reprodução doméstica, familiar; a constituição de uma necessidade específica em relação à necessidade religiosa – é inseparável de um processo de concentração e de constituição de uma nova forma de recursos que se revelam universais, ou pelo menos de maior grau de universalização do que os que existiam anteriormente. Passa-se de um pequeno mercado local para

um mercado nacional, tanto do ponto de vista económico como simbólico. A génesis do Estado é, no fundo, inseparável da constituição de um monopólio do universal, de que a cultura é o exemplo maior (Bourdieu, 2012, pp. 161-162).

O Estado constitui-se assim unificando não só o mercado económico, mas também o mercado das trocas simbólicas (Bourdieu, 2012, pp. 164-165). O “baile dos solteiros” mostra como os “privilégios locais”, os do pequeno camponês de “outrora”, são desmantelados pela unificação do mercado matrimonial, que aparece então como garantia de libertação para os dominados de “outrora”, por exemplo, as mulheres que vão para a cidade, etc.:

Toda a ambiguidade deste processo de universalização está aí. Do ponto de vista das raparigas do campo que se mudam para a cidade, que casam com um carteiro, etc., há um acesso ao universal. Mas este grau superior de universalização é inseparável do efeito de dominação. A universalização tem por reverso uma despossessão e uma monopolização. A génesis do Estado é a génesis de um lugar de gestão do universal e, ao mesmo tempo, de um monopólio do universal, e de um conjunto de agentes que participam no monopólio de facto desta coisa que, por definição, é do universal (Bourdieu, 2012, pp. 165-166).

O que mantém unidas as sociedades diferenciadas

No final destas análises do processo de diferenciação, o metacampo aparece como o que mantém os campos unidos: um produto da construção do universal no interior do campo burocrático, que monopoliza o universal ao ponto de se constituir como um campo de poder, poder sobre o capital e poder sobre os campos. Enquanto a visão das “sociedades diferenciadas”, derivada da “tradição sociológica”, nos leva a pensar no primado da economia como fator determinante dos processos de autonomização, a ideia de metacampo coloca o Estado no centro das transformações estruturais: um elo de ligação entre os microcosmos, um campo de poder que, mais do que um campo social, produz o

universal produzindo, primeiro, modos restritos de apropriação do universal. Tal como a cultura, que está inicialmente confinada a campos de produção restrita, o desafio é depois o de universalizar as condições de acesso a essa cultura. O metacampo, enquanto poder sobre o Estado e poder sobre os diferentes capitais, continua a ser um campo de batalha.

Resta saber porque é que P. Bourdieu não desenvolveu esta ideia de metacampo e as suas consequências para a análise dos processos de diferenciação social. Ao mesmo tempo que explorava o metacampo no início dos anos 1990, é possível evocar a sua desilusão com as instâncias estatais e o seu envolvimento crescente com os movimentos sociais.¹¹ Podemos também mencionar o facto de que um dos últimos textos de P. Bourdieu sobre os campos diz respeito à ideia de um “campo de poder internacional”, e que a sua desconstrução do poder da economia o levou a deslocar o foco do Estado para as formas globais de acumulação de capital (Bourdieu, 2000, especialmente o *post-scriptum* “Du champ national au champ international” [Do campo nacional ao campo internacional]). Mas há, sem dúvida, elementos ligados à própria teoria dos campos. Se esta teoria formaliza a necessidade da emergência de um corpo de profissionais, de corpos de consagração e de processos de institucionalização, permanece muito embrionária quando se trata de analisar as relações entre campos – mais frequentemente entendidas como relações de *homologia* (seja em *La Noblesse d'État* ou em *Règles de l'art*). *Microcosmes* contém notas inéditas sobre as hierarquias entre os campos, que sugerem um alargamento da teoria – tal como foi esboçado na análise do campo editorial¹² – e que permitiriam apreender os modos como o capital simbólico estrutura a acumulação de outras formas de capital, em relações de dependência ou subordinação que nem sempre podem ser reduzidas a relações de homologia.

¹¹Ver sobre este assunto, P. Bourdieu, *Interventions* (1961-2011). *Science sociale et action politique* (2022a [2002]).

¹² P. Bourdieu, *Microcosmes*, capítulo 5.2: “Une révolution conservatrice : le champ éditorial” (2022b, pp. 455-489).

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1966). Champ intellectuel et projet créateur. *Les Temps modernes*, 246, 865-906.
- Bourdieu, P. (1971). Le marché des biens symboliques. *L'Année sociologique*, 22, 1971, 49-126.
- Bourdieu, P. (1980). *Questions de sociologie*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1994). *Raisons pratiques*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2000). *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2022a [2002]). *Interventions (1961-2011). Science sociale et action politique*. Marseille: Agone.
- Bourdieu, P. (2022b). *Microcosmes. Théorie des champs*. Paris: Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. & Saint-Martin, M. (1976). Anatomie du goût. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5, 2-112.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2014). *Invitation à la sociologie réflexive*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P., Boltanski, L., Castel, R., & Chamboredon, J.-C. (1965). *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P., Darbel, A., Schnapper, D. (1966). *L'Amour de l'art, les musées et leur public*. Paris: Minuit.
- Braudel, F. (1985). *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud.
- Elias, N. (1975). *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy.
- Gayon, V. & Lemoine, B. (2014). Maintenir l'ordre économique. Politiques de désencastrement et de réencastrement de l'économie, *Politix*, 105/1, 7-35.
- Lakatos, I. (1994). *Histoire et méthodologie des sciences: programme de recherche et reconstruction rationnelle*. Paris: PUF.
- Lenoir, R. (2004). Espace social et classes sociales chez Pierre Bourdieu, *Sociétés & Représentaions*, 17, 385-396. <https://doi.org/10.3917/sr.017.0385>.
- Luhmann, N. (1990). "The Paradox of System Differentiation and the Evolution of Society". In J. C. Alexander, P. Colomby (dir.), *Differentiation Theory and Social Change: Comparative and Historical Perspectives* (pp. 409-411). New York: Columbia University Press.
- Polanyi, K. (1983 [1944]). *La Grande transformation*. Paris: Gallimard.
- Poupeau, F. (2015). The Invention of the State: Bourdieu between Béarn and Kabylia, *Berkeley Journal of Sociology*, 59: <http://berkeleyjournal.org/>.

